



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS – 2016

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT – PMDB – PRB – PTdoB – PROS – PR – PCdoB)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Arnaldo Silva Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PTB – PDT – PP – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vitor Xavier

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PPS – PEN – PTC – PHS – PSC – PSD – REDE)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Antônio Jorge Deputado Glaycon Franco Deputado Noraldino Júnior

LIDERANÇA DO PSB	
Líder	Deputado Wander Borges
Vice-Líder	Deputado Roberto Andrade

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
-----------------------------	--



Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado	BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	REDE	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	REDE	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV – BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM
Deputado Elismar Prado	Sem partido
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	Sem partido	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Vice-Presidente



Deputado Roberto Andrade	PSB
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado	PT – BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Paulo Lamac	REDE	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	PCdoB – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB – BVC	
Deputado	BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	REDE	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	PT – BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

**COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG
Deputado	BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC
Deputado Bosco	PTdoB – BMM

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado	BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB – BVC	Vice-Presidente



Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Léo Portela	PRB – BMM
Deputado Leandro Genaro	PSB – BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado	PMDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PSB	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	



Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 37ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a comemorar o Outubro Rosa

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário
2.2 – Comissões

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissão

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



ATA

ATA DA 37ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/10/2016

Presidência do Deputado Antônio Jorge

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Diplomas – Palavras da Sra. Daniella Zupo – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antônio Jorge – Paulo Lamac – Rogério Correia.

Abertura

O presidente (deputado Antônio Jorge) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar o Outubro Rosa.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Diana de Lima Prata Camargos, defensora pública e assessora institucional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, representando a defensora pública-geral do Estado, Christiane Procópio Malard; e as Sras. Daniella Zupo, Roberta Zampetti e Tereza Guimarães Paes, representantes das madrinhas do Outubro Rosa.

Registro de Presença

O locutor – Registramos a presença, nesta solenidade, das Exmas. Sras. Maria Elvira, presidente da Associação dos Caminhantes da Estrada Real, ex-deputada federal e ex-deputada desta Assembleia Legislativa; Maria Christina Fabel Gontijo, presidente do Conselho da Mulher Empreendedora, aqui representando a Associação Comercial de Minas; e Deise da Silva Barbosa, médica psiquiatra especialista em saúde mental da mulher; e dos Exmos. Srs. Marcello Abi-Saber, secretário de Assuntos Institucionais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Gilmar de Assis, promotor de justiça coordenador do CAO-Saúde; e José Aparecido Ribeiro, consultor de desenvolvimento da JR&MvS Consultores.

Tendo em vista a legislação em vigor e, especialmente, a Resolução nº 23.450, de 2015, que dispõe sobre o calendário eleitoral de 2016, a presidência recomenda aos convidados e participantes de reuniões e eventos de qualquer natureza promovidos por esta Casa que evitem, em seus pronunciamentos, conteúdos que possam ser caracterizados como propaganda eleitoral.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo músico Vine Fonseca.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre as madrinhas do Outubro Rosa, mulheres que se destacam pelo apoio à causa da prevenção e do tratamento do câncer de mama.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Antônio Jorge, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e membro da Comissão de Saúde desta Casa.



Palavras do Presidente

Mais uma vez, boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar a assessora institucional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Adriana de Lima Prata, aqui representando a defensora-geral; Daniella Zuppo, que será oradora muito em breve, representante das madrinhas, assim como a Roberta Zampetti, que por muitos anos coopera com nossas ações. Gostaria de saudar e agradecer mais uma vez a Tereza Guimarães, também representando as madrinhas e a Fundação Benjamim Guimarães, a qual tem sido sempre uma pessoa muito destacada na contribuição à saúde, nesta e em tantas outras ações da saúde pública. Gostaria de agradecer muito ao Vine sua doação, brindando-nos com a música, e, da mesma forma, a Taciana Giacoia, dos churros, muito simpática.

Senhoras e senhores, primeiro quero falar da imensa satisfação em recebê-los, a todos; recebê-las, especialmente. Tenho uma história pessoal e profissional dedicada à saúde. Em minha trajetória, aprendi que existem coisas que a sociedade faz melhor que seus governos. E, na transformação da saúde, não precisamos apenas de bons gestores, bons governantes; precisamos também de mudanças culturais, mobilização das pessoas, busca de uma mudança de padrão cultural também na questão do autocuidado e do cuidado com a saúde.

O câncer de mama continua sendo o que mais mata as nossas mulheres. Neste ano ele vai vitimar mais de 60 mil mulheres brasileiras. Aqui, em Minas Gerais, teremos uma incidência projetada de 5 mil a 5.500 novos casos de câncer de mama. São muitos os desafios para que mudemos esse panorama da alta mortalidade, do drama que se instala e das dificuldades de acesso. Na gestão passada, Minas Gerais abraçou, de forma clara e inequívoca, como prioridade de saúde pública, como prioridade de governo, o enfrentamento aos desafios do câncer de mama. Tínhamos muitos gargalos e ainda temos muitas coisas a vencer. Buscamos, durante minha presença no governo do Estado, como gestor estadual, modificar processos que eram fundamentais para melhorar o acesso das mulheres ao tratamento. Tão fundamental na saúde pública a busca da mamografia na faixa do rastreio, conseguimos, numa grande negociação com o Conselho Regional de Medicina e com entidades médicas, dispensar o exame médico. Era um verdadeiro paradoxo, o critério não é o estado clínico; o critério é a idade para o exame de rastreio. Mas havia necessidade de pedido médico. Isso foi uma inovação de Minas para o Brasil. Hoje, na faixa do rastreio, a indicação da mulher é a sua própria idade; ela não precisa de uma solicitação de exame médico. Esse era um dos gargalos no acesso à mamografia.

A partir de uma singela visão, embora muito robustecida por dados científicos, observamos que o rastreio no Brasil estava indicado dos 50 aos 69 anos. Mas pasmem: quase 26% das vitimadas pelo câncer de mama têm sua incidência entre 40 e 50 anos. Então nada mais razoável que alargar a faixa do rastreio do câncer de mama. Minas Gerais passou a oferecer mamografia de rastreio para as mulheres dos 40 a 69 anos.

Tínhamos e temos ainda um desafio muito grande: muitas mulheres chegam em fase tardia ao tratamento. O câncer de mama é uma doença que, diagnosticada precocemente, tem mais de 90% de oportunidade de cura com tratamento correto. Infelizmente, em nossa realidade, a imensa maioria das mulheres chegava nos serviços públicos em estágio 3 ou 4, em que a perspectiva de cura é um caminho muito mais difícil e tortuoso. Fizemos, então, uma engenharia de processos: entre o diagnóstico radiológico da mamografia que indicava, através da sua classificação internacional de BI-Rads, uma sugestão de câncer, inserimos um incentivo financeiro para que os hospitais de câncer captassem precocemente essas mulheres. Muitas tinham o laudo radiológico da mamografia, mas demoravam de seis a oito meses para conseguir os exames necessários ao estadiamento correto e ao início adequado do seu tratamento, atrasando-o e colocando-as num estágio avançado. Essa iniciativa tão singela, que custou R\$1.000,00 aos cofres públicos por mulher captada tratada precocemente, trouxe para tratamento um número muito expressivo de mulheres e, principalmente, um número muito expressivo de cânceres iniciais em tratamento, porque foi “bypassada” toda aquela burocracia de liberação de exame, para que elas fossem direto ao hospital iniciar seu tratamento.



Iniciamos uma verdadeira cruzada para ofertar a mamografia. Em 2011 éramos o 7º Estado *per capita* em mamografia bilateral de rastreio, pela tabela SUS. Em 2013 passamos a ser o 1º estado do País em mamografia *per capita*. Oferecemos 10 mamógrafos móveis atendendo aos vazios assistenciais do nosso imenso e querido Estado, grotões, regiões ermas, rurais. Em algumas regiões 2/3 das mulheres, algumas com mais de 60 anos, tiveram a oportunidade de fazer a sua primeira mamografia.

Quem nos conhece sabe que não gostamos de falar do nosso trabalho do passado, e sim dos nossos compromissos futuros na vida pública. Falo isso para contextualizar, porque o Outubro Rosa, com a maravilhosa presença de todas vocês aqui, que dão testemunho da força da sociedade, também é o momento de fazer as cobranças devidas. E, se o outubro é rosa, infelizmente a saúde anda vermelha ou anda no vermelho. De todas as iniciativas, nenhuma delas está de pé com vigor neste momento. Neste ano teremos 250 mil mamografias a menos que em 2013. O incentivo de R\$1.000,00 que permitiu captar as usuárias precocemente não paga os prestadores, que se desmotivaram e não fazem mais esse trabalho. Cerca de 20% dos mamógrafos móveis foram reduzidos nos últimos dois anos. É preciso reafirmar, em ações como essa, com a presença de todas vocês, que a nossa maior força transformadora está sim no seio da sociedade, e não nas instituições. As pessoas fazem as instituições.

Estão aqui neste Plenário, hoje, representantes de pessoas afetadas pela doença ou que tiveram entes queridos afetados e dão testemunho de que é possível vencer; que dão testemunho de que a energia de cada um ou de cada uma é que realmente transformará esse cenário no futuro. E essa energia, esse testemunho da capacidade de transformação, de luta das nossas guerreiras e madrinhas tem de ser também o testemunho de que é preciso lutar na vertente da reivindicação, da mobilização, para exigir dos governos – e aqui eu falo governos para que não haja nenhuma conotação colorido-partidária –, do aparato público a correspondente ação, dado o tamanho e a envergadura do problema que enfrentamos. Já conquistamos muito. Algumas coisas andam pelas beiradas, mas ainda há muito o que conquistar. Tenho muita convicção de que estar aqui numa ação internacional como esta, o Outubro Rosa, que tem em Minas uma força muito grande, é talvez a principal chave para vencermos esse e tantos outros desafios na saúde pública, que acima de tudo exige mudança de comportamento de todos nós.

Talvez eu não tenha tido a oportunidade, do fundo do meu coração, de agradecer como gestor a todos os *inputs* que tivemos de pessoas notórias, anônimas, artistas, escritores, blogueiros, aqueles que assumem papéis institucionais importantes. O enfrentamento desse agravo é uma verdadeira jornada de militância. Muito obrigado a todas vocês. Vocês merecem muito o nosso respeito e, acima de tudo, o nosso carinho.

Entrega de Diplomas

O locutor – Neste momento, o deputado Antônio Jorge, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, neste ato representando o presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes, fará a entrega de diplomas alusivos a esta homenagem às Sras. Daniella Zuppo, Roberta Zampetti e Tereza Guimarães Paes, representantes das madrinhas do Outubro Rosa. Os diplomas a serem entregues contêm a seguinte mensagem: “Outubro Rosa. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem a honra de homenagear as madrinhas do Outubro Rosa em reconhecimento ao seu trabalho pela causa da prevenção ao câncer de mama”.

– Procede-se à entrega dos diplomas.

Palavras da Sra. Daniella Zupo

Boa noite a todos, senhoras e senhores aqui presentes, Exmo. Sr. Deputado Antônio Jorge, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes; Exma. Sra. assessora institucional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, defensora pública Diana de Lima Prata Camargos, representando a defensora pública-geral do Estado, Christiane Procópio Malard; Sra. Roberta Zampetti, representante das madrinhas do Outubro Rosa; Sra. Tereza Guimarães Paes, presidente da Fundação Benjamim Guimarães, mantenedora do Hospital da Baleia, também representando as madrinhas do Outubro Rosa.



Quando minha filha nasceu, eu disse à madrinha dela que ela poderia dizer “sim” ou “não” ao meu convite, mas que, se aceitasse, deveria entender a sua responsabilidade na vida da minha filha.

Quando o deputado Antônio Jorge, médico que promoveu uma campanha exemplar de diagnóstico precoce do câncer de mama quando esteve à frente da Secretaria de Saúde, fez-me este convite para ser madrinha do Outubro Rosa, vi nesse gesto um reconhecimento de um mesmo engajamento em prol da conscientização sobre a doença e o diagnóstico precoce. Mas entendi que esse convite envolvia também responsabilidade. Responsabilidade em dar voz a muitas outras mulheres que passam pelo mesmo diagnóstico, pelo mesmo difícil tratamento, pela mesma jornada em busca da cura.

Estou aqui hoje diante de vocês porque tive acesso. Acesso a um rápido diagnóstico, acesso aos exames necessários, acesso a um eficiente tratamento. Infelizmente essa não é a realidade de todas as mulheres diagnosticadas com câncer de mama. A saber, só no Brasil, todos os anos, são cerca de 60 mil mulheres. Se pensarmos que mais da metade das mulheres hoje diagnosticadas com câncer de mama são tratadas no Sistema Único de Saúde – SUS –, faz-se urgente olhar para a qualidade desse atendimento. Embora seja um importante modelo de inclusão, há um problema de acesso. Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer – Inca –, hoje, no Brasil, em relação ao câncer de mama, 50% dos tumores são detectados em estado avançado, e 30% vão evoluir para o estado avançado, uma vez que a doença metastática está quase sempre relacionada a um diagnóstico tardio.

É preciso, ainda, ampliar o atendimento às mulheres em todas as fases do enfrentamento da doença: diagnóstico, tratamento e monitoramento. Pesquisas comprovam que os principais gargalos no tratamento estão no início do processo, daí a importância da garantia de exames como a mamografia. A oferta gratuita do exame, que é garantida por lei para as mulheres brasileiras, infelizmente não é realidade em todo o País nem em todo o Estado. Para as mulheres já em tratamento, há também dificuldade de acesso a algumas terapias importantes. O parque de radioterapia tem vivido grave crise nas últimas décadas. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Radioterapia, a radioterapia responde por 60% do tratamento de câncer no País em pelo menos uma de suas fases, de forma isolada ou associada a outro tratamento, como quimioterapia e cirurgia. Mas há estados brasileiros sem nenhum tipo de atendimento nessa área, o que leva centenas de pessoas doentes a viajar em busca de tratamento ou a aguardar em filas de espera.

Minas, mais especificamente Belo Horizonte, pode ser considerado um centro de referência no atendimento oncológico, mas o cenário é de alerta. Belo Horizonte, cidade que concentra o maior atendimento do Estado, tem vários de seus hospitais que atendem pelo SUS com máquinas de radioterapia atualmente desativadas ou parcialmente desativadas por questões financeiras. Nesse contexto de crise no atendimento de determinadas terapias que fazem parte do tratamento oncológico, de espera para a realização de exames e até de déficit de leitos, Belo Horizonte se vê privada da construção de um hospital especializado no tratamento de câncer, que teria inclusive atendimento pelo SUS, construção barrada após alvará concedido pela prefeitura, embora o novo projeto, que deveria entregar 229 leitos em 2017 à cidade, não afete em nada a área de preservação ambiental da região.

Deputado Antônio Jorge, obrigada pela distinção e pelo reconhecimento a um trabalho que tem por objetivo promover um olhar humanizado para a mulher que enfrenta um diagnóstico de câncer. Estamos juntos no mesmo barco. Que esta homenagem que aqui recebo se traduza em reconhecimento à luta de todas as mulheres que enfrentam esse duro diagnóstico.

O câncer de mama é o mais comum entre as mulheres no mundo e no Brasil. É o que mais mata mulheres no País. Conscientizar as mulheres sobre a importância de um diagnóstico precoce na cura do câncer, como acontece todos os anos, em todo o País e em todo o mundo, durante o Outubro Rosa, é uma ação importante, sem dúvida alguma. Mas um diagnóstico precoce, sem acesso a um tratamento imediato, com todas as terapias adequadas, pode tornar-se inócuo para o sistema e seguramente desesperador para quem sabe que as suas chances de cura diminuem rapidamente. E a mulher que descobre um sintoma na verdade já está com o cronômetro ligado. Essa é a realidade que centenas de mulheres, ao contrário da minha experiência, têm para contar, lamentavelmente. E é em nome dessas mulheres que peço atenção e ações que durem mais que o mês de outubro, por mais rosa que ele possa ser ou parecer. Obrigada a todos.



Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo da jornalista Daniella Zupo, de sua websérie de documentários *Amanhã hoje é ontem – Diário de um câncer*.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Antônio Jorge, representando o presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes.

Palavras do Presidente

(Lê:)

“A Assembleia mineira, mais uma vez, participa da campanha mundial do Outubro Rosa, voltada para a prevenção e o tratamento do câncer de mama. Nesta reunião, prestamos uma homenagem especial às madrinhas da causa, mulheres que se destacam pelo apoio dedicado ao tema. Com uma incidência de 60 mil novos casos a cada ano, a doença, se detectada precocemente, oferece grandes chances de cura. Para isso, é preciso falar mais sobre o assunto, desmistificando informações e enfatizando a necessidade de a mulher conhecer seu corpo, embora, em proporções bem menores, também os homens estejam sujeitos à enfermidade.

A necessidade da mamografia de rastreamento, mais eficaz do que o autoexame, é o motivo central para 2016. Uma notícia alentadora é que o Sistema Único de Saúde oferece para mulheres de todas as idades o exame gratuito de mamografia. Num alerta importante para que maior acesso ao diagnóstico e ao tratamento venha reduzir a mortalidade de nossa população feminina, também a Assembleia de Minas colore-se de rosa como os principais monumentos do mundo. Reiteramos nossa admiração a todas e todos que fizeram e fazem dessa luta um esforço gigantesco e solidário em prol da vida. Muito obrigado.

Presidente Adalclever Lopes.”.

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos o público presente a apreciar uma apresentação do músico Vine Fonseca. Ele apresentará as seguintes músicas: *Mulher*, de autoria de Erasmo Carlos; *Cor de rosa choque*, composta por Rita Lee; e *Rainhas de lenços coloridos*, de autoria do próprio músico, composta especialmente para esta homenagem.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Mais uma vez, quero agradecer, por intermédio da deputada Maria Elvira, a presença de todos e da Bárbara, companheira presente nessa luta. Dr. Gilmar, mais uma vez muito obrigado por sua presença. O senhor tem sido um incansável batalhador da causa da saúde em Minas Gerais.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 25, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 25/10/2016.) Levanta-se a reunião.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 26/10/2016****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.125, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. (Faixa Constitucional.). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.126, que dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.129, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no comércio, na intermediação, na fundição e na purificação de joias usadas, ouro e metais nobres. (faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.130, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.177, que dá nova redação ao inciso XII do art.13 e acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.179, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidente em obra pública dos Poderes do Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.188, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, a hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.189, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.653 a 5.658/2016, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Mensagem nº 198/2016, do governador do Estado.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada; e 2.834/2015, do deputado Deiró Marra.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.482 e 3.502/2016, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nos 5.559/2016, do deputado Duarte Bechir, e 5.647/2016, do deputado Gil Pereira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 852/2015, do deputado Ivair Nogueira; 1.094/2015, do deputado Braulio Braz; 1.669 e 1.678/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.738/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.916/2015, do Tribunal de Contas; 2.716/2015, do deputado Duarte Bechir; 2.874/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes; 2.876/2015, do deputado Felipe Attiê; 2.982/2015, do deputado Arlen Santiago; 3.033/2015, do deputado Cássio Soares; 3.073/2015, do deputado Fabiano Tolentino; 3.284/2016, do deputado Cabo Júlio; 3.300/2016, do deputado Tito Torres; 3.399 e 3.401/2016, do deputado Braulio Braz; 3.575/2016, do deputado Fred Costa; 3.613/2016, do deputado Arnaldo Silva; 3.637/2016, do deputado Dilzon Melo; 3.663/2016, do governador do Estado; 3.664/2016, do deputado Dirceu Ribeiro; 3.676 e 3.677/2016, da Comissão Extraordinária das Barragens; e 3.741/2016, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.136/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.305/2015, do deputado Glaycon Franco; 3.158/2015, da deputada Marília Campos; 3.202/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.478/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 3.480/2016, do deputado Paulo Lamac; 3.572/2016, do deputado Léo Portela; 3.595/2016, do deputado Doutor Jean Freire; 3.597/2016, do deputado João Vítor Xavier; 3.624/2016, do deputado Cabo Júlio; 3.629/2016, do deputado Durval Ângelo; 3.647/2016, do deputado Gustavo Corrêa; 3.668/2016, do deputado Deiró Marra; 3.670/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.693/2016, da deputada Celise Laviola; e 3.760/2016, do deputado Tadeu Martins Leite.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.924, 4.925 e 4.926/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais; 5.510/2016, do deputado Noraldino Júnior; e 5.652/2016, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nos 1.105/2015, do deputado Adalclever Lopes; 2.988/2015, do deputado Ivair Nogueira; 3.537/2016, do deputado Arlen Santiago; 3.580/2016, do deputado Geraldo Pimenta; 3.581/2016, do deputado Noraldino Júnior; 3.596/2016, da deputada Arlete Magalhães; 3.606/2016, da deputada Ione Pinheiro; e 3.625/2016, da deputada Marília Campos.

Requerimentos nos 5.358/2016, da deputada Rosângela Reis; 5.427/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 5.612/2016, da Comissão Extraordinária das Barragens; e 5.628 e 5.629/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 3.601/2016, que dispõe sobre as terras devolutas estaduais e dá outras providências.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.074/2015, do deputado Felipe Attiê; e 2.966/2015, do deputado Thiago Cota.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.668/2015, do deputado Geraldo Pimenta.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 450 e 784/2015, do deputado Cabo Júlio; 806/2015, do deputado Fred Costa; 1.615 e 2.761/2015 do deputado Agostinho Patrus Filho; 2.037 e 2.038/2015, do deputado Carlos Pimenta; 2.130/2015, do deputado Ulysses Gomes; 2.730/2015, do deputado João Alberto; 2.878/2015, dos deputados Fred Costa e João Alberto; 2.952/2015, do deputado João Alberto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.293/2015, do deputado Cássio Soares; 3.547/2016, do deputado Cristiano Silveira; 3.605/2016, da deputada Arlete Magalhães; 3.673/2016, do deputado Roberto Andrade.

Requerimentos nºs 5.169 e 5.335/2016, do deputado Wander Borges; 5.330/2016, do deputado Thiago Cota; 5.456 e 5.458/2016, do deputado Bosco; 5.661/2016, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 26/10/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/10/2016, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Fred Costa, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****OFÍCIO Nº 1/2016**

Do Sr. Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça relator da Ação Penal nº 836-DF, encaminhando a esta Casa cópia da denúncia oferecida pela Vice-Procuradoria-Geral da República contra o governador do Estado e requerendo, para atender à deliberação da Corte Especial do STJ, a votação, no prazo de 30 dias, da admissão da acusação, nos termos do art. 88, *caput*, da Constituição Federal.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 731/2015**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Boa Esperança e Região – Afaber –, com sede no Município de Itaguara.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 731/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Boa Esperança e Região – Afaber –, com sede no Município de Itaguara, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover o desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade de Boa Esperança e região, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania.

Com esse propósito, a instituição promove ações de assistência social e de geração de trabalho e renda; de integração comunitária e de promoção da defesa dos direitos sociais; de estímulo às atividades agrícolas e artesanais geradoras de renda; de valorização da cultura, do esporte e do lazer como direitos de cidadania; e de preservação do meio ambiente.

A Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, tem como objetivo adequar o nome da entidade ao consubstanciado em seu estatuto constitutivo.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Itaguara, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 731/2015 em turno único, com a Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Celinho Sinttrocel, relator.



PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.561/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Duarte Bechir, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.467/2013, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores dos Bairros Furrier, Almeidas, Alves, Perobal e Cochós – Associação Faapec –, com sede no Município de Monte Sião.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.561/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores dos Bairros Furrier, Almeidas, Alves, Perobal e Cochós – Associação Faapec –, com sede no Município de Monte Sião, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o desenvolvimento comunitário.

Com esse propósito, a instituição identifica as condições sociais, educacionais, sanitárias e assistenciais dos bairros em que atua; contribui para os projetos de desenvolvimento da vida comunitária; e representa os moradores em suas reivindicações perante o poder público.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Monte Sião, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.561/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Celinho Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.909/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Dilzon Melo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Assistência Casa de Convivência da Pastoral da Criança, com sede no Município de Lambari.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.909/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Assistência Casa de Convivência da Pastoral da Criança, com sede no Município de Lambari, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a atenção à criança e ao adolescente e a formação profissional de jovens e adultos.



Com esse propósito, a instituição promove atividades educativas para crianças e cursos profissionalizantes para jovens. Suas ações visam o desenvolvimento da autoestima, a educação, a saúde, o combate à pobreza, a garantia de igualdade de direitos e de outros valores universais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Lambari, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.909/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Celinho Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.165/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Distrito de Serra da Canastra – Amocanastra –, com sede no Município de São Roque de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.165/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Distrito de Serra da Canastra – Amocanastra –, com sede no Município de São Roque de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente.

Entre as finalidades da instituição, estão a proteção à saúde, o incentivo às atividades culturais e esportivas, a assistência social, a proteção ao meio ambiente e as práticas de educação ambiental.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de São Roque de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.165/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Celinho Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.579/2016

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria da deputada Ione Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Várzea – Ambav –, com sede no Município de Ibirité.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Projeto de Lei nº 3.579/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Várzea – Ambav –, com sede no Município de Ibitité, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, assistencial e desportivo.

Entre as finalidades da instituição estão o estudo dos problemas da comunidade e a busca de alternativas para resolvê-los; a atenção à criança, à família, ao idoso e à pessoa com deficiência; a promoção de ações de geração de renda e qualificação profissional; e o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Ibitité, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.579/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Celinho Sinttrocel, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.913/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Projeto de Lei nº 2.913/2015, de autoria do deputado Gilberto Abramo, “dispõe sobre a utilização de prêmios ou créditos de milhagem oferecidos pelas companhias de transporte aéreo nos casos em que as passagens forem adquiridas com recursos do erário”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 24/9/2015, a proposta foi encaminhada às Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Administração Pública.

Compete a esta comissão examinar a juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposta.

Fundamentação

A proposta em análise é praticamente idêntica a outra que tramitou em 2007, o Projeto de Lei nº 1.124.

De acordo com o art. 1º do projeto em tela, os prêmios ou créditos oriundos de programa de milhagem, ou similar, concedidos por empresas aéreas em razão de deslocamento oficial de agente público deverão ser revertidos, na forma de regulamento, ao órgão ou entidade da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado que tenha custeado o bilhete.

Observa-se, no entanto, que o transporte aéreo é serviço público de competência da União, a teor do art. 21, XII, alínea “c” da Lei Maior. Quem é responsável pelo serviço legisla sobre ele. Ou seja, somente a União pode dispor sobre o aproveitamento de créditos decorrentes da compra de passagem aérea e o aproveitamento das milhas.

Em suma, a proposta em análise, uma vez que pode provocar a usurpação de competência federal pelo Estado-membro, ofende não só a norma expressa do citado art. 21 mas também o princípio federativo, inserto no “caput” do art. 18 da Constituição da República.

Conclusão

Ante o exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.913/2015.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2016.

Leonídio Bouças, presidente e relator – Antônio Jorge – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.447/2016

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria da deputada Ione Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a doação do trecho da Rodovia AMG-145 que especifica ao Município de Santa Luzia.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 8/4/2016 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Administração Pública.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado emitir parecer sobre o projeto, atendo-se ao mérito, nos termos do art. 102, inciso XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.447/2016 autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Luzia o trecho da Rodovia AMG-145, do Km 1,1, próximo à entrada pela BR-381, até o Km 10,4, no entroncamento da Rodovia MG-020, para integrar o patrimônio do município, que passará a ser o responsável por sua manutenção, fiscalização e segurança; determina que o instrumento de doação poderá ser por termo expedido pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, em favor do Município de Santa Luzia, contendo todos os dados para a identificação técnica do local e os requisitos para a materialização da doação; e, por fim, estabelece que, sob pena de reversão da doação, deverá constar no instrumento que o município assumirá o trecho no prazo máximo de seis meses, a contar da data desse documento.

Em sua justificativa, a autora da proposição argumenta que o trecho objeto da doação é um dos principais acessos ao Município de Santa Luzia e está inserido na malha urbana. Sua doação transfere ao município a responsabilidade quanto à manutenção, fiscalização e segurança da via, além de agilizar futuras intervenções em sua recuperação. A transferência de titularidade viabiliza, ainda, a realização de projetos alternativos de ocupação da faixa de domínio, oferecendo melhores condições de uso aos condutores de veículos automotores e aos moradores, com possibilidade de adequação do sistema viário com faixas de pedestres, semáforos, redutores de velocidade, construções de passeios e outros sistemas de sinalização.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça ressaltou que a rodovia que se pretende doar é a 900-AMG-0145, que liga o entroncamento com a BR-381, do Km zero, à sede do Município de Santa Luzia, no Km 10,400, com uma extensão de 10,400 quilômetros. essa comissão destacou que é necessário constar no projeto que autoriza a transferência da rodovia do Estado para o Município de Santa Luzia, além da desafetação, o esclarecimento de que esse ato transforma a rodovia em via urbana. Além disso, informou que não cabe à norma determinar o instrumento a ser utilizado para a transferência de domínio da rodovia, por extrapolar a esfera legislativa e adentrar domínio institucional próprio do Poder Executivo. Assim, apresentou o Substitutivo nº 1, com a finalidade

de identificar corretamente a rodovia e suprimir as impropriedades apontadas no texto da matéria, fazendo sua adequação à técnica legislativa.

Cabe ressaltar, ainda, que, em ofício de 13/7/2016, a Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais encaminhou nota técnica do DER-MG, em que esse órgão se manifesta favoravelmente à pretensão da proposição em exame, por se tratar de doação de trecho que apresenta características urbanas.

Quanto à análise desta comissão, cumpre-nos esclarecer que as rodovias estaduais estão submetidas à jurisdição do DER-MG, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. O art. 3º da Lei nº 11.403, de 1994, que organiza a instituição, enumera entre suas atribuições a competência para executar, direta e indiretamente, os serviços de projetos, implantação, pavimentação, conservação, recuperação e melhoramento em estradas de rodagem sob sua jurisdição ou em outras rodovias e portos fluviais, mediante convênio com as entidades de direito público interessadas, assegurada a proteção ao meio ambiente, nos termos da legislação própria.

O projeto de lei é autorizativo, ficando à discricionariedade do Poder Executivo efetivar tal doação. Se efetivada, o trecho passará para a jurisdição municipal, sendo inserido no perímetro urbano, e caberá ao município a responsabilidade por sua manutenção e conservação. Ademais, como bem ressaltou a Comissão de Constituição e Justiça, a doação do trecho da rodovia não implica alteração na natureza jurídica do bem público, que voltaria a ser afetado com a utilização do percurso como via urbana. A modificação incidirá apenas sobre a titularidade do imóvel, que passará a integrar o domínio público municipal.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.447/2016, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Deiró Marra, presidente – Celinho do Sinttrocel, relator – Gustavo Valadares.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.491/2016

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a desafetação dos trechos de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-los ao Município de Perdigoão.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 5/5/2016 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Administração Pública.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado emitir parecer sobre o projeto, nos termos do art. 102, inciso XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.491/2016 dispõe sobre a desafetação dos trechos da Rodovia MG-252 compreendidos entre o Km 43,950 e o Km 46,219, com a extensão de 2.269m; e entre o Km 39,208 e o Km 40,576, com a extensão de 1.368m; autoriza o Poder Executivo a doá-los ao Município de Perdigoão para integrarem seu perímetro urbano como vias urbanas; e determina sua reversão ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da publicação da lei autorizativa, não lhes tiver sido dada a destinação determinada.



Na justificação, o autor argumenta que o trecho em comento já integra o perímetro urbano e possui residências construídas à sua margem. A doação dos trechos, ao transferir ao município a obrigação pela manutenção e conservação das vias públicas, beneficia não só o próprio município, mas também o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, que atualmente detém a titularidade dos trechos.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça informou que, de acordo com a classificação prevista no ordenamento jurídico brasileiro, estradas e rodovias são bens de uso comum do povo, pois destinam-se ao uso coletivo e, em situações normais, não se sujeitam a autorização prévia do estado nem a pagamento por sua utilização. Quanto à transferência da titularidade de bens públicos, a referida comissão esclareceu que as regras básicas constam no art. 18 da Constituição do Estado, que exige avaliação prévia, autorização legislativa e licitação para a alienação de imóveis, sendo dispensada a exigência de processo licitatório quando se tratar de doação e permuta, na forma da lei. Também, há que se observar o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Para bens imóveis, o inciso I desse dispositivo exige autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta última no caso de doação. Por fim, a comissão ressaltou o recebimento de ofícios do Poder Executivo se manifestando favoravelmente à pretensão da proposição em exame e, em decorrência dessas informações, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Cabe ressaltar que a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais enviou a Nota Técnica Jurídica nº 608, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, e a nota técnica de 11/5/2016, do DER-MG, nas quais os dois órgãos se manifestam favoravelmente à pretensão do projeto, uma vez que os trechos já possuem características urbanas.

Quanto à análise desta comissão, cumpre-nos esclarecer que as rodovias estaduais estão submetidas à jurisdição do DER-MG, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. O art. 3º da Lei nº 11.403, de 1994, que organiza a instituição, enumera, entre suas atribuições, a competência para executar, direta e indiretamente, os serviços de projetos, implantação, pavimentação, conservação, recuperação e melhoramento em estradas de rodagem sob sua jurisdição ou em outras rodovias e portos fluviais, mediante convênio com as entidades de direito público interessadas, assegurada a proteção ao meio ambiente, nos termos da legislação própria.

A proposição em análise é autorizativa, ficando à discricionariedade do Poder Executivo efetivar tal doação. Se efetivada, os trechos passarão para a jurisdição municipal, sendo inseridos no perímetro urbano, e caberá ao município a responsabilidade por sua manutenção e conservação. Ademais, como bem ressaltou a Comissão de Constituição e Justiça, a doação dos trechos da rodovia não implicam alteração na natureza jurídica do bens públicos, que voltariam a ser afetados com a utilização dos percursos como via urbana. A modificação incidirá apenas sobre a titularidade dos imóveis, que passarão a integrar o domínio público municipal.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.491/2016, no 1º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Deiró Marra, presidente – Gustavo Valadares, relator – Celinho do Sinttrocel.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.521/2016

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De iniciativa do deputado João Magalhães, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Simonésia.



A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou.

Vem agora o projeto a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

Em sua forma original, o projeto sob análise desafeta o trecho compreendido entre o Km 2,493 e o Km 4,493 da Rodovia AMG-2905, no entroncamento da MG-111, em Simonésia; autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Simonésia para integrar seu perímetro urbano como via urbana; e determina sua reversão ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, o donatário não der aos trechos a finalidade prevista.

O autor da matéria esclarece que o referido trecho já possui características urbanas e integra a rodovia que margeia o Município de Simonésia, com empreendimentos comerciais, residenciais e escolas construídas e argumenta que a sua doação permite a transferência ao município da obrigação pela manutenção e conservação da via pública, viabilizando assim a expansão e a realização de melhorias no local e atendendo aos anseios dos munícipes.

A Comissão de Constituição e Justiça apontou, em seu parecer, a necessidade de se identificar corretamente o código da rodovia como 900-AMG-2905 e a extensão do trecho a ser transferido. Além disso, observou que, por se tratar a rodovia de um bem qualificado como de uso comum do povo, não será necessária a lavratura da escritura pública de doação, conforme preceitua o art. 3º, e, assim, o termo final do prazo para reversão do trecho deve ser de cinco anos contados da publicação da lei que autoriza sua transferência. Em decorrência dessas considerações, a mesma comissão apresentou as Emendas nºs 1 e 2, com a finalidade de retificar a identificação da rodovia, consignar a extensão do trecho a ser transferido e adaptar o texto da proposição à técnica legislativa.

Cabe ressaltar que, solicitado a se manifestar sobre a proposição, o Poder Executivo estadual enviou a esta Casa ofício em que a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais encaminha notas técnicas da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, nas quais esses dois órgãos se manifestam favoravelmente ao projeto, uma vez que o segmento rodoviário possui características urbanas.

No que concerne ao exame reservado a esta comissão, cabe-nos expressar o entendimento de que a pretendida alienação configura-se medida oportuna visto que favorece a autonomia do município e traz benefícios para os munícipes de Simonésia.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.521/2016, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2016.

Deiró Marra, presidente – Gustavo Valadares, relator – Celinho do Sinttrocel.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/10/2016

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, presidente Dr. Hely Tarquínio. É um prazer mais uma vez V. Exa. estar à frente dos trabalhos da nossa reunião de quarta-feira. Quero cumprimentar e saudar todos os nossos parlamentares, os amigos que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembleia, todos os deputados que estão à Mesa e todos os que nos dão o imenso prazer de participar conosco desta nossa reunião ordinária.



Gostaria de usar, neste momento, o espaço da tribuna, mais uma vez, para chamar todos os parlamentares para uma reflexão sobre o grande trabalho que o Parlamento mineiro está desenvolvendo aqui nesta Casa. Quero falar sobre o Projeto de Lei nº 3.578, de 2016, que está em tramitação aqui na Assembleia com o objetivo de criar uma legislação específica para o fomento e desenvolvimento de empresas de alto impacto tecnológico, conhecidas como *startups*.

Lembro-me muito bem de que, ainda em 2015, em uma reunião de trabalho com minha equipe de gabinete, surgiu a ideia de debater esse assunto, que tem ganhado tanto destaque na mídia nacional e local, quanto ao seu potencial para mudar a economia mineira. A matriz econômica de Minas Gerais consiste predominantemente em atividades de mineração e agricultura. Sabidamente, estamos vivendo um momento de crise no Brasil, e Minas Gerais não é uma ilha; também estamos com a economia de nosso estado muito retraída, na iminência de um novo aumento de impostos, maltratando assim, ainda mais, a cidadã e o cidadão mineiro. Pensando nessas dificuldades, enxergamos que a indústria do conhecimento e da inovação tecnológica certamente será capaz de nos levar a um novo horizonte, a partir do fomento de novas vocações econômicas.

Na busca por estimular o desenvolvimento econômico e social de Minas, além de promover a criação de postos de trabalho e geração de renda, as *startups* se mostram uma alternativa viável para o enfrentamento desta crise econômica. Essas empresas já se configuram como uma realidade, sob a ótica do conceito da nova economia. De acordo com dados da Associação Brasileira de Startups, em 2015 esse mercado cresceu 38% em Minas e 30% no Brasil. Pelas contas da associação, Minas Gerais tem 362 empreendimentos dessa natureza, considerando-se os 4.189 de todo o país. Nossa Minas é o 2º maior polo, perdendo apenas para o Estado de São Paulo, que tem mais de 1.000 modelos de negócio desse tipo.

Em reuniões e encontros com a comunidade de *startups* em nosso gabinete, sentimos a necessidade do setor de contar com uma política pública que contribuísse para o desenvolvimento dessas empresas. Por essa razão, apresentamos à Comissão de Desenvolvimento Econômico requerimento solicitando essa audiência pública, que contou com a participação efetiva do deputado Antônio Carlos Arantes. A proposta de política estadual de promoção e desenvolvimento desse modelo de negócio tem nos demandado um intenso e vigoroso trabalho. Já foram realizadas diversas reuniões e encontros de grupos de trabalho, para a formatação de uma política robusta e moderna. A possibilidade de inovar e trazer prosperidade aos negócios despertou a curiosidade de empresários do polo das malhas, de produtores de morango, do Vale da Eletrônica, entre outros do meu Sul de Minas. E tenho certeza de que podemos aproximar, cada vez mais, das inovações propostas pelos empreendedores que atuam em suas *startups*, esses empresários de modelos de negócios tradicionais.

E toda Minas Gerais está atenta às possibilidades: o Triângulo Mineiro, a Zona da Mata, as vertentes, com suas vocações industriais, e o Norte de Minas podem superar as barreiras da desigualdade a partir de tecnologias inovadoras. Todo o Estado, com certeza, será o grande beneficiado.

Com o objetivo de levar essa discussão aos quatro cantos de Minas, decidimos realizar um grande evento, o Fórum Técnico Startups em Minas: a Construção de uma Nova Política Pública. Será um importante evento realizado pela Assembleia de Minas, que contará com quatro etapas em regiões distintas do Estado. Santa Rita do Sapucaí foi a sede do primeiro encontro, realizado no último dia 6. As próximas reuniões acontecerão em Uberlândia, dia 25 de outubro; em Viçosa, dia 27; e, fechando as etapas regionais, em Montes Claros, dia 4 de novembro. Para coroar esse trabalho, a etapa final do fórum técnico terá como sede o Plenário desta Casa. Nos dias 23, 24 e 25 de novembro os representantes eleitos nas etapas regionais se encontrarão aqui na nossa capital para consolidarem as propostas que darão garantia ao Projeto de Lei no 3.578/2016.

Por isso quero convocar os nobres colegas deputados Felipe Atiê, Elismar Prado e Luiz Humberto Carneiro, que representam a cidade de Uberlândia, além de todos os que foram votados lá, para prestigiarem o nosso encontro, no próximo dia 25, e nos ajudarem na mobilização. Quero convidar também o prefeito eleito de Uberlândia, ex-deputado Odeldo Leão, que certamente apoiará a comunidade de *startups* dessa prestigiada cidade. Conclamo ainda os colegas Roberto Andrade, Paulo Lamac e Thiago Cota,



majoritários em Viçosa, para que, no próximo dia 27, nos acompanhem nesse debate que vai reunir empreendedores da Zona da Mata e das vertentes, mobilizando toda a comunidade empreendedora da região. Queremos também o apoio do prefeito reeleito de Viçosa, Ângelo, que, com todo o seu vigor, certamente contribuirá para o desenvolvimento dos nossos trabalhos nessa querida cidade. Quero ressaltar aqui, caríssimos colegas, que queremos a participação de cada um de vocês para a consolidação dessa proposta, que pode contribuir muito para o desenvolvimento tecnológico do nosso estado.

Minas Gerais será pioneira na aprovação de uma legislação moderna e capaz de fomentar as atividades desse modelo de negócio tão inovador, servindo de exemplo para todo o Brasil, como fizemos, através de projeto de nossa autoria, com os Arranjos Produtivos Locais – APLs. Minas foi o primeiro Estado a produzir essa lei importante, esse marco importante para o desenvolvimento de todas as regiões. Uma das maiores contribuições que podemos ofertar ao povo de Minas é a aprovação de uma norma que proporcione um ambiente de negócio não oneroso e conceda incentivos aos que desejam empreender. Assim, aumentaremos exponencialmente o número de pessoas empregadas, sobretudo os jovens.

O marco regulatório vai proporcionar o ambiente favorável para que as *startups* prosperem, uma vez que esses empreendimentos trabalham com produtos e serviços de extrema incerteza quanto à aceitação e sofrem com a legislação trabalhista e tributária, perdendo potencial competitivo. Para a concepção desse projeto, tive o prazer de contar com o deputado Antônio Carlos Arantes, a quem agradeço verdadeiramente o apoio nessa caminhada.

Obrigado, caríssimos deputados. Convoco e convido todos os parlamentares a, juntos, escrevermos essa nova legislação para o marco regulatório do desenvolvimento da tecnologia, do empreendedorismo, para que Minas esteja à frente e garanta, assim, emprego e renda para todas as regiões do nosso estado.

Quero agradecer a toda a nossa comunidade, nossa Casa Legislativa, que tanto nos tem ajudado na construção, na formação dos grupos de trabalhos. São incansáveis servidores que não têm medido esforços na construção de propostas dos grupos técnicos, nas reuniões de trabalho, e que sempre têm buscado orientar quanto ao melhor caminho para esse projeto importante que tramita neste parlamento.

Mais uma vez, Minas Gerais tem dado exemplo nas legislações mais importantes, vigorosas e operosas. Certamente essa nova legislação que estamos construindo com todos parlamentares e que queremos apresentar a Minas e ao Brasil será eficaz e será, acima de tudo, uma tradução do que há de melhor no Brasil, uma legislação operante que garanta o desenvolvimento para Minas e para Brasil.

Assim, mais uma vez, gostaria que todos os parlamentares participassem conosco das discussões, principalmente pela realização da caminhada que estamos fazendo, como também convidando os seus amigos, todas as suas bases eleitorais a oferecerem sugestões através do nosso site, www.almg.gov.br, para que tenhamos essa importante legislação em favor de Minas e do Brasil.

Deixo aqui nosso abraço na certeza da realização dessa caminhada, que será importante para o futuro de Minas e da tecnologia. Muito obrigado.

O deputado Carlos Pimenta* – Exmo. Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes na reunião da Assembleia de Minas, imprensa, povo do nosso estado.

Temos hoje, meu caro presidente, dois assuntos a tratar nesta reunião. São assuntos que nos preocupam muito e que devem merecer atenção especial desta Assembleia de Minas.

Quanto ao primeiro, gostaria de tecer alguns comentários a respeito da proposta de emenda à Constituição Federal, a PEC 241, cujo espírito é trazer uma economia maior e, conforme a mensagem do Sr. Presidente da República, fazer com que o Estado brasileiro não gaste mais do que arrecada.

Partindo desse princípio, acredito que todo brasileiro apoia essa PEC, com base nessa tese de economia, de que se gastará mais com a população e menos com o Estado. Entretanto, caro presidente, três itens dessa PEC que está sendo votada no Congresso Nacional – já houve a primeira votação na Câmara Federal, deve ir para o Senado e retornar à Câmara – nos preocupam muito. O primeiro ponto se refere à saúde pública. Estamos vendo que o caos na saúde pública do nosso país se estende aos estados brasileiros e aos municípios. A forma como está sendo proposta essa PEC, meu caro Antônio Jorge, vai trazer problemas sérios, vai trazer distúrbios, vai trazer preocupação, vai trazer sérios problemas ao povo brasileiro. Não é possível congelar o orçamento da saúde, sendo que o próprio orçamento da saúde está defasado há mais de 20 anos.

Na nossa Comissão de Saúde, eu, V. Exa., o deputado Arlen Santiago, que é nosso presidente, temos denunciado dia e noite fatos como, por exemplo, a tabela do SUS estar defasada. É uma tabela que faz com que os hospitais paguem para trabalhar. As equipes de saúde, as equipes médicas, os cirurgiões, os obstetras, os anestesistas, os clínicos, os pediatras não têm nenhum incentivo para continuar a prestar serviço ao SUS. Isso não é mais possível. Uma tabela que paga por procedimentos médicos menos de R\$100,00, retendo recursos por dois meses e com descontos de imposto de renda desestimula qualquer profissional da saúde.

Ontem foi o Dia do Médico. Gostaria de parabenizar todos os médicos de Minas Gerais, de maneira especial os médicos que têm mandato nesta Casa. Não há como estimular os médicos a continuar trabalhando com essa tabela do jeito que está. Não há financiamento claro da saúde pública. De vez em quando soltam a notícia de que será criado o imposto sobre o cheque, e que a Cide e a exploração do pré-sal serão investidos na saúde, mas são promessas vazias. Estamos vendo a população sofrendo. Estamos vendo o povo sem assistência na saúde pública. Os próximos prefeitos que assumirão a partir de 1º janeiro estão esperando e sabem que vão encontrar a pior das situações na área da saúde pública. Os PSFs estão defasados. Não há medicamentos nos postos de saúde. Para se conseguir um exame complementar, um exame de média complexidade como uma ultrassonografia, um aparelho de raios-X, que é procedimento simples, uma tomografia, uma ressonância, a população fica até três ou quatro meses esperando a liberação do exame. Como querem congelar os recursos da saúde pública sem antes ter uma correção ou fazer uma correção, pelo menos da inflação?

Ouçoo nosso companheiro deputado Antônio Jorge, que foi um grande secretário de Saúde. Talvez ele seja o mais experiente desta Casa na nossa comissão. Gostaria muito de ouvi-lo.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Ontem tive chance de manifestar nossa posição contrária. É importante dizer que aqueles que estão com posições muito radicais ou quase fundamentalistas de um lado ou de outro têm dificuldade de entender que existem nuances e gradações. Concordamos absolutamente com a filosofia, com a intencionalidade da PEC, mas não com a sua forma.

Queria fazer uma ressalva, porque as palavras de V. Exa. já completam de forma contundente o assunto, no que diz respeito ao aspecto político e de participação social, de controle social. Mudamos de patamar civilizatório, deputado Carlos Pimenta, por ocasião da aprovação da Constituição, por diversos aspectos, mas principalmente perante o mundo, porque consagramos a saúde como um direito fundamental da pessoa. Isso nos colocou num outro patamar civilizatório. O correlato operacional, o desdobramento para que o direito seja garantido, obviamente é a garantia do financiamento. O nosso legislador pátrio, na Constituição, entendeu que era preciso pensar limites mínimos de gastos para que isso fosse consagrado. Assim foi pensado na saúde e na educação. Vejam: uma conquista histórica, um movimento democrático exitoso em todos os aspectos. Houve na saúde, por meio do movimento sanitário, uma ampla participação da sociedade, uma Assembleia Constituinte para garantir esse direito. Agora, numa discussão somente do congressista, em menos de um mês, com votação, em menos de uma semana, em 1º e 2º turnos, vão derrubar aquilo que operava esse direito fundamental, que é o limite mínimo de gasto na saúde.

Quero veementemente lamentar a posição dos congressistas, de muitos de nossos companheiros de bancada que estão com essa posição. Desculpe-me gastar o tempo de V. Exa.

O deputado Carlos Pimenta* – Obrigado.

Estamos falando da PEC nº 241, que, em tese, tem uma finalidade nobre, que é limitar os gastos do governo federal. Entretanto, automaticamente ela fere de morte, profundamente, a saúde pública, de que acabamos de falar, e também a educação. Isso porque não é possível falar em um país avançado, em um país de desenvolvimento, de progresso, de oportunidades para todos, em um país que possa trazer empregos decentes para o nosso povo, se não há investimentos e, pior ainda, se forem cortados os investimentos, que já são poucos, na área de educação.

O terceiro item é a questão da segurança pública. Estamos vivendo um caos nessa área, Rogério. A população está alarmada, presa, oprimida. Ela precisa de que o governo federal faça investimentos nas questões sociais para melhorar a segurança, assim como nas forças policiais, porque a bandidagem hoje está dando de 10 a 0 na polícia, que está precisando de recursos.

São os três itens com os quais não concordamos. Vamos propor, Rogério, audiência pública, pelo menos da Comissão de Saúde. Já conversei com alguns parlamentares que fazem parte da Comissão de Saúde da Câmara Federal, e eles estão dispostos a vir a Minas Gerais para explicar o que é isso, para nos alarmar mais ou nos tranquilizar mais. Vamos propor essa audiência pública.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Serei breve, deputado. Quero apenas me congratular com V. Exa. Tenho a mesma opinião de V. Exa. acerca desse tema, sobre o qual também pude me expressar ontem. Apenas faço um aparte para dizer da pressa que temos em criar esse movimento suprapartidário. Essa não é uma questão de um partido político; eu diria que é uma questão do partido da saúde, do partido da educação, do partido da assistência social e da segurança pública. É óbvio que o Brasil, sem esse requisito de vincular os recursos de seu crescimento com investimento em educação, em saúde, em segurança e em assistência social, será um país muito desigual. Vão perder mais os mais pobres, mas todos perderão, porque também as escolas ficarão mais caras, os planos de saúde ficarão mais caros e assim por diante.

Mas a pressa – e é por isso que fiz o aparte – é para estar já, para segunda-feira, agendado o início da votação do 2º turno na Câmara Federal. Eles querem aprovar na segunda-feira ou na terça-feira, no mais tardar, o 2º turno na Câmara Federal. Então a PEC irá para o Senado, onde a possibilidade de revertermos votos é menor.

É fundamental o apelo que fazemos à bancada de deputados federais de Minas Gerais e a todos os partidos políticos. Infelizmente, no 1º turno, a votação dos mineiros foi um desastre, do ponto de vista da aprovação da PEC, e não da sua rejeição.

É fundamental que a voz de V. Exa. se una à de diversos outros deputados e a diversos partidos que aqui se manifestaram, e que essa pressão democrática aos deputados federais se faça, a partir de hoje até segunda-feira, com muita urgência.

Termino dizendo a V. Exa.: marcamos, na Comissão de Educação, por meio de um requerimento – aproveito para convidá-lo, se estiver aqui –, na segunda-feira, em caráter de urgência, uma reunião com representantes das escolas que estão ocupadas e com as universidades em greve, para tentar sensibilizar os deputados federais.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado, deputado Rogério Correia. Estamos com essa mesma missão e já fizemos alguns contatos com parlamentares da Comissão de Saúde da Câmara Federal, que estão dispostos a vir aqui. Não sei se dará tempo de eles virem aqui antes do 2º turno, mas nesse interstício da Câmara para o Senado, talvez surja essa oportunidade.

De qualquer maneira, faço também minhas as suas palavras e me alinho com esse pensamento de que não podemos aceitar que essas quatro importantes áreas – saúde, educação, assistência social e segurança pública – façam parte desse engessamento, dessa tentativa de o governo resolver o seu problema jogando a carga em cima do povo brasileiro.

Por último, presidente, aproveitando a presença do deputado Rogério Correia, gostaria de chamar a atenção para dois fatos. Doutor Wilson Batista, todos os atuais prefeitos de Minas Gerais estão atrasados em cinco meses no repasse dos recursos para o transporte escolar. Os pobres alunos que precisam de transporte, depois das eleições do 1º turno ficaram sem ir às aulas porque as prefeituras cortaram o transporte, por falta do repasse.



Na área da saúde, Doutor Wilson Batista, faltam repassar três parcelas relativas a medicamentos para os postos de saúde, três parcelas do Saúde em Casa. Precisamos tomar uma providência. O governador Fernando Pimentel não pode passar essa dívida deste ano para o ano que vem, sob crime de responsabilidade. É um crime contra a saúde pública de Minas Gerais, contra o transporte de Minas Gerais. Ele não pode deixar passar para o ano que vem esse atraso com as prefeituras.

Estou sendo bem direto e sucinto. Esta Casa precisa tomar uma posição. Se aceitarmos calados esse absurdo contra as prefeituras de Minas Gerais, contra os municípios de Minas Gerais, estaremos sendo coniventes com esses atrasos de repasse, porque somente a pessoa humilde que tem dois, três, quatro, cinco filhos para serem transportados, que não vai ter mais os ônibus para o transporte, sabe o que vai passar, comprometendo o ano letivo das crianças. Faço primeiro um apelo, mas se ele não for ouvido, proponho a esta Casa, à Mesa, ao presidente Adalclever Lopes, no exercício da presidência deste Poder, que não sejam coniventes com o Executivo no atraso dos repasses para o transporte escolar, para o Saúde em Casa, para a compra de medicamentos.

Peço mais um minuto, presidente, antes de terminar. Vamos procurar a Comissão de Assuntos Municipais e a assessoria jurídica desta Casa e queremos uma posição da Presidência da Assembleia Legislativa de Minas e dos senhores deputados. Com a mesma ênfase com que o Sr. Rogério Correia denuncia o que está sendo feito pelo governo federal, gostaria que ele também se aliasse a esse sentimento, às famílias mineiras, aos prefeitos de Minas Gerais, ao povo de Minas Gerais, para que haja um transporte escolar digno, recursos do Saúde em Casa e, pelo menos, medicamentos da cesta básica, porque o povo não está aguentando mais comprar nenhum medicamento.

É essa a nossa posição, é esse o nosso apelo ao senhor governador Fernando Pimentel. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago* – Senhores e senhoras, ouvintes e telespectadores da TV Assembleia. Queremos neste momento agradecer ao ministro da Saúde, Ricardo Barros, sua pronta ação para ajudar Minas Gerais. Há dois meses o ministro esteve aqui e, como presidente da Comissão de Saúde, eu o acompanhei na visita ao grande Hospital da Baleia e a Ibitité. Falamos com o ministro que, infelizmente, Minas Gerais havia sido muito maltratada pelo governo anterior, porque tínhamos R\$400.000.000,00 de credenciamentos de serviços importantes para atender a população de Minas Gerais, mas o governo da presidenta Dilma, do PT, não quis fazer o credenciamento, mesmo tendo um secretário de Assistência à Saúde, que hoje é o secretário de Planejamento.

Ministro Ricardo Barros, muito obrigado; muito obrigado, deputado Toninho Pinheiro, que tem sido interlocutor junto ao ministro; e muito obrigado, Francisco Figueiredo. Em dois meses a equipe do ministro se preparou e todos os pedidos de credenciamento de Minas Gerais e de UPAs que estavam prontos até 31/7/2016 foram assinados pelo ministro e publicados. São R\$122.000.000,00 que o ministro autorizou. Até que enfim, uma boa notícia. Será todo ano, para o resto da vida. No ano que vem, esse dinheiro continuará vindo, e muitas cidades poderão atender a população. Por exemplo, os indígenas xacriabás de São João das Missões voltarão a ser atendidos na Santa Casa de Montes Claros, que receberá uma verba de R\$600.000,00. É lógico que eles também serão atendidos pela próxima prefeita de Itacarambi, Dra. Nívea, que conhece os problemas, pois é médica e irá atendê-los.

Ministro, muito obrigado. O senhor colocou recursos em Águas Formosas, na oncologia de Alfenas, são R\$122.000.000,00. E como o ministro conseguiu fazer isso no Brasil inteiro? Com economia, com gestão, acabando com o desperdício que havia na gestão anterior. Com isso, as coisas estão melhorando. O ministro também mandou recursos para a Funed, para que ela passe a produzir a vacina meningocócica. Isso será feito agora, porque o governo federal enviou recursos que o governo estadual não quis colocar na Funed neste ano de 2016.

Além disso, tenho outra ótima notícia. Queremos erradicar o câncer de colo de útero no Brasil. Para isso foi autorizada a vacinação contra o HPV nas meninas. O que o ministro fez? Apertando os laboratórios, não deixando haver aumento, diminuindo o dinheiro gasto com compra de medicamentos, o ministério começará a imunizar também os meninos, que, no futuro, não serão



veículos do HPV para as meninas, causando câncer do colo do útero. E também vai diminuir a quantidade de câncer na cavidade oral, local onde o HPV também se instala.

E estamos vendo também uma situação em que temos um ministro que quer organizar a informática. Proibiu qualquer compra de *software*: tem de usar o que há lá, tem de melhorar; existe o *software* para falar com as Secretarias Municipais de Saúde e atender adequadamente a população.

E há mais: para todos os outros projetos de credenciamento que estiverem funcionando em qualquer hospital de Minas Gerais até 31 de dezembro, logo que derem entrada o ministro vai preparar e colocar novamente nesse credenciamento, provavelmente, talvez mais uns R\$200.000.000,00 por ano. Assim, tudo indica que esse ano nós chegaremos a aumentar o teto, porque o ministro Ricardo Barros entrou lá, e o secretário de Assistência e Saúde, Francisco Figueiredo, e nós estamos atentos. A Comissão de Saúde aqui está atenta, com a Federassantas, por intermédio da Dra. Kátia Rocha, o Cosems, por intermédio do Zé Maurício, e principalmente pela ajuda imensa do nosso Dr. Gilmar de Assis, do CAO-Saúde, que esteve conosco ontem aqui na nossa comissão.

Então, ministro, muito obrigado. Ministro Ricardo Barros, conte conosco, conte com Minas Gerais. E, em nome dos usuários do SUS de Minas Gerais, nós queremos lhe agradecer, principalmente neste momento em que, na semana que vem, na parte da manhã, quarta-feira da próxima semana, o Ministério Público do Tribunal de Contas estará aqui na nossa Comissão de Saúde para falar por que o governador não quis investir os 25% na educação, por que o governador do PT não quis investir mais do que 9,16% na saúde. O pior é que esse investimento de 9,16% ainda é fictício, é dinheiro que não foi para o atendimento à população, porque o resto a pagar aumentou muito e neste ano aumenta cada vez mais.

Ontem o Ministério Público, por intermédio do Dr. Gilmar de Assis, tomou a decisão de ajuizar contra o governo do Estado, talvez para tentar bloquear recurso do Estado para que o então o governador e o secretário de Fazenda mandem algum recurso para a saúde, porque no mês de setembro o recurso foi zero, no mês de outubro foi zero, quando deveria ser algo em torno de R\$800.000.000,00. Parece que o governador não quer cuidar da saúde do povo de Minas Gerais, não paga os recursos do Pro-Hosp aos hospitais, não paga a urgência e emergência, 10 meses sem pagar o Saúde em Casa aos municípios, não manda os medicamentos, e os prefeitos, aliás, colocam o dinheiro lá. Gente, alguém fale com o governador. O governador se esqueceu da saúde de Minas Gerais. É por isso que o caos se instalou aqui. O dinheiro que ele mandou no mês de agosto não dá para manter a Fhemig, os hospitais próprios do Estado, que estão cada vez se acabando mais. É desse jeito que Minas Gerais está indo.

Mas não é só na saúde. Com relação à educação, no dia 30 de outubro estarão completando, senhores e senhoras, dez meses que o governador não socorre as crianças de Minas Gerais, que estão fadadas a não poderem mais estudar. O governador não quer que as crianças estudem. Sabem por quê? Porque ele não paga o transporte escolar das crianças da rede estadual, para que os prefeitos possam transportá-las. Os prefeitos já não aguentam mais. Saúde o governador do PT não paga; educação o governador do PT não paga, não paga o transporte escolar.

Não é só para os prefeitos e as crianças que o governador faz essas maldades. Para as escolas estaduais, neste ano, têm de ir quatro parcelas da merenda escolar. As quatro já estão vencidas, e o governador só mandou duas. Então, não quer que as crianças se alimentem. Na época da eleição, falava-se: “Para cada R\$1,00 que vier, o governador vai pôr R\$1,00 a mais. Vamos fazer acordo histórico”. E o que aconteceu com o acordo histórico? Atraso do pagamento das professoras.

E tem mais. Em 2015, publicou uma série de reformas a serem feitas na parte elétrica, na hidráulica, nas paredes e no telhado de várias escolas, mas não paga. Parece que o governador se esquece de que governar é priorizar, pagar a educação. As crianças estão lá, debaixo de telhado que está para cair, sem água, com escolas dando choque. É desse jeito. As diretoras estão desesperadas, tendo de fazer bingo e vaquinha com a população que já paga tanto imposto em Minas Gerais.



Aqui já há um projeto do governador para arrasar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, aumentando o ICMS do álcool. É um absurdo, governador. Olhe direitinho, governador. Vá administrar, governador. Não faça tanta maldade com as crianças nem com as pessoas que precisam do SUS. Além disso, essas diretoras não estão recebendo mais recurso para fazer pequenos reparos, consertar um fogão e uma geladeira ou trocar uma lâmpada. O governo de Minas Gerais se esqueceu das escolas estaduais, dos hospitais, da questão da saúde e da educação. Não falamos nem mais do resto. Essa é a situação em que se encontra Minas Gerais, que está copiando o que fez o governo do PT, no ano passado, em Brasília. Nós tivemos um orçamento sempre pequeno na saúde. Mas, mesmo pequeno, o que os ex-presidentes do PT faziam? Pegavam e ainda retiravam, contingenciavam. Foram R\$136.000.000.000,00 retirados e contingenciados do orçamento da saúde nesses anos em que o PT dirigiu o nosso país. De maneira que, realmente, o PT não mandava a PEC do teto dos gastos. O que ele fazia? Cortava o gasto da saúde e da educação e diminuía o número do Fies. Para votar ontem, a fim de voltar com o Fies, foi preciso atropelar o PT e o PCdoB. Por quê? Porque não queriam deixar que o dinheiro fosse pago pelo governo federal, para que os alunos que têm o Fies renovassem a sua matrícula.

Portanto, foram R\$136.000.000.000,00 surrupiados pelo governo do PT do orçamento da educação. Contingenciar o quê? Graças a Deus este ano tinham sido contingenciados R\$3.600.000.000,00. O ministro Ricardo Barros foi até o presidente Temer e já conseguiu voltar com os R\$3.600.000.000,00. E ainda mais, além do orçamento, de que, nos anos anteriores, sempre foi retirado dinheiro, deu um total de R\$136.000.000.000,00. Segundo o Conselho Federal de Medicina, ele conseguiu agora mais R\$1.700.000.000,00. Sabem para quê? Para fazer algo que nunca foi feito antes neste país: pagar para os hospitais e as prefeituras a fatura do mês de dezembro ainda em dezembro, a que sempre era paga em janeiro, deixando os prefeitos em situação difícil e os diretores dos hospitais numa situação mais difícil ainda.

Então, é dessa maneira que a gente vê uma nova forma de o governo federal, por meio do ministro Ricardo Barros, encarar o cuidado das pessoas e da saúde sem contingenciamento, sem tentar acabar com a Fhemig.

Agora vejo a nossa amiga Mônica Abreu, do conselho de mães e avós, que luta e que traz uma faixa mostrando a covardia que o governador do PT, junto com o presidente da Fhemig, está fazendo com as colônias de hanseníase. O tempo todo era assim: “O PT quer que o governo melhore as colônias de hanseníase”. Ora, e o que tem sido feito? Colocaram uma filha, neta de hanseniano, lá de Três Corações, para fora da casa onde morava e constituiu sua família.

Estive visitando as colônias. Estão negando leite às crianças, estão negando comida às pessoas, estão perseguindo as pessoas. O Zé Eduardo, lá de Ubá, informou-nos que agora eles têm de pagar luz, têm de pagar água. E o que a Fhemig faz? Contrata a Elke Maravilha para poder fazer um show para os hansenianos. (–Manifestação nas galerias.) É isso que a gente está vendo.

Acorde, governador! Queremos ajudá-lo. Ouça a gente. Não deixe as crianças sem merenda e transporte e os prefeitos sem poder atender as pessoas no SUS.

Obrigado, ministro Ricardo Barros, pela mudança de atendimento, por acabar com esses cortes que o governo do PT fazia lá em Brasília e hoje faz aqui, na nossa Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Presidente, colegas, público presente, só queria dar uma informação em relação às colônias de hanseníase da Fhemig.

Hoje tivemos uma reunião com a representação da secretaria de Governo e a nossa bancada, que tem atuado para ajudar a mediar a negociação, a fim de que possamos buscar um bom termo, garantindo os direitos fundamentais das pessoas que ali se encontram. Temos uma próxima rodada de negociações combinadas com a coordenação do movimento para a próxima semana, para já termos algumas respostas mais concretas.

Digo que não venho aqui somente para usar do problema ou fazer a disputa política, que é normal, da oposição com o governo. Acho que a minha passagem por esta Casa, o meu mandato também tem de servir para resolver problema, mediar conflito e



ajudar a buscar solução. Então, é evidente que queremos que aqueles que têm responsabilidade ou culpa nos processos que ocorrem respondam e paguem. Evidentemente, acima de tudo está a busca pela solução, pela garantia do direito, e é isso que vamos fazer aqui.

Sr. Presidente, queremos muito debater aqui na Assembleia a questão da PEC nº 241. Ontem alguns deputados já discorreram sobre o assunto na Mesa, e hoje o debate continuou. Já tivemos esse debate em comissão, e há perspectiva de que seja realizado na Casa um amplo debate também para a discussão não só com os parlamentares, mas com os movimentos sociais.

O que me estarreceu ontem foi um deputado da oposição dizer que vai fazer um requerimento ao presidente da Casa para que não permita que o espaço seja utilizado e que o debate aconteça. Veja que absurdo. Na minha opinião, o Poder Legislativo é o Poder mais representativo e, por isso, mais democrático. A casa do povo são as casas legislativas, e a Assembleia de Minas se enquadra nesse escopo. Agora, quando você diz que é porque não concorda, do ponto de vista ideológico, com algum debate proposto aqui na Assembleia, neste Plenário, você está dizendo que a democracia é parcial, é uma democracia do seu convencimento e da sua conveniência.

Então, o que vimos aqui ontem? O deputado reagir de uma maneira estranha, dizendo que não concorda e vai entrar com requerimento para que os debates não aconteçam, porque depende de quem assina. Se é a CUT que assina, se é o MST que assina, se é o Partido dos Trabalhadores que assina, se é o PCdoB que assina, não pode acontecer o debate nesta Casa.

Ora, presidente, eu gostaria muito que os partidos que compõem a oposição e os movimentos sociais ligados à oposição ocupassem ainda mais o espaço legislativo, a Assembleia de Minas, para debater a política, para debater os assuntos que têm impacto na nossa vida. Em se tratando especificamente da PEC nº 241, estamos falando de uma das medidas que terá um dos impactos mais drásticos na vida do povo brasileiro para os próximos 20 anos. É tão importante ouvir isso dos deputados da base, e também dos deputados que compõem a oposição, mas que têm consciência e clareza sobre o que está em curso no nosso estado: a redução drástica nos investimentos em saúde.

Vejo os deputados fazerem aqui audiência pública para reclamar da tabela do SUS, que está muito baixa; audiência pública para reclamar dos investimentos que faltam na área da saúde. Audiência para lá e audiência para cá na comissão. Sobem na tribuna, e os seus deputados federais compõem bases de apoio e votaram e votarão a favor da PEC nº 241, que limita os investimentos em saúde. Vejam qual é a grande contradição. Há aqui um posicionamento sobre a falta de recursos, que tem que haver mais recursos, mas quando é proposta, na Câmara e no Congresso Nacional, uma medida que vai limitar drasticamente esses investimentos, não há um posicionamento aqui de dizer: “Não, vamos conversar com a nossa bancada. Deputados, os nossos partidos não podem se posicionar dessa maneira”.

E vou além. Também falam do que o governador Fernando Pimentel investe ou deixa de investir na saúde. Esses mesmos parlamentares que estiveram aqui em legislaturas passadas, dando sustentação aos governos tucanos que por aqui passaram, Anastasia e Aécio Neves, poderiam contar para o povo mineiro que esses governos que eles apoiavam não cumpriam os preceitos constitucionais de investimento mínimo na saúde. Temos aqui dados do Tribunal de Contas do Estado. Em 2003, o investimento na saúde foi de 6,39%, muito abaixo do percentual constitucional; em 2004, 6,97%; em 2005, 6,27%. Fica mais grave em 2006, deputado Doutor Jean Freire: 5,83%. E fica mantendo essa margem de 5%, 7%, 8%; não chega aos 12%, que seria o adequado constitucionalmente; terminando, somente em 2012, com 10,58%.

O que então a base do governo passado, hoje oposição, que atualmente cobra mais investimentos na saúde deveria ter feito era ter cobrado dos seus governadores da época que garantissem os investimentos integrais, como manda a Constituição. Hoje dizem que o governador Fernando Pimentel não investe, mas não investiram lá atrás. E lhes digo: boa parte do sucateamento que há, do déficit, do estrago em todas as áreas, e não só na saúde, vem desse passivo. Porque não nos podemos esquecer que o déficit zero e o choque de gestão entregaram para este governo, do Fernando Pimentel, um rombo de mais de R\$7.000.000.000,00.



Então acho que o governo atual precisa ser cobrado, ser sempre lembrado do que precisa ser feito, mas o que me estranha é que, no passado, sem os rombos de R\$7.000.000.000,00, como houve em 2015, e de quase R\$10.000.000.000,00, agora para 2016, eles não cumpriram os investimentos mínimos na saúde. E vou além: para tentar maquiagem, dizer que investiram na saúde, contabilizaram vacina para gado no IMA e outros investimentos na Copasa, e isso não é verdade. Chegaram ao ponto de conseguir fazer algo extremamente inédito do ponto de vista da contabilidade financeira da administração pública, que foi assinar com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais o que ontem falamos que é o TAG, termo de ajustamento de gestão. Esse documento comprova que o governo não investiu o mínimo constitucional, e assinou que não investiria. O que muito nos estranha é o Tribunal de Contas ter proposto um acordo como esse, que foi o termo de ajustamento de gestão. Isso é o que muito nos estranha.

Falando um pouco da educação: “Ah, Fernando Pimentel, as escolas estão sucateadas, a situação está muito grave, a situação está complicada”.

Vamos lembrar aqui: quando assumimos o Estado, encontramos a maioria das escolas, cerca de 50%, sem refeitórios nem bibliotecas nem quadras; não era pago aos professores o piso nacional da educação; não era permitido aos professores que merendassem. Pegamos as escolas extremamente sucateadas. Se existe uma área que muito sofreu nos últimos governos é a da educação; se existe uma área que o governador tem tentado reconstruir é a da educação, com toda a dificuldade. A pergunta que tem de ser feita é a seguinte: se lá atrás havia déficit zero, se lá atrás havia dinheiro em caixa – o BID quer saber, os outros estados querem saber o que estamos fazendo –, nesse modelo brilhante do choque de gestão, se não havia déficit, o que fizeram com o dinheiro, já que não deram conta de pagar o piso para o professor? O que fizeram com o dinheiro, para deixar as escolas sem bibliotecas, sem refeitórios, sem laboratório e sem quadras para os meninos? O que fizeram? Isso é extremamente curioso.

Hoje, o governador Pimentel, que herdou uma dívida de mais de R\$7.000.000,00 e pega uma das mais graves crises econômicas da história do Estado, tem de responder a todos os problemas, inclusive os deixados por aqueles que passaram. Pimentel é herdeiro desse passivo. Poderiam ter humildade ao chegar aqui e dizer: “Governador Pimentel, o senhor tem de resolver o problema, porque está atrasando o pagamento da merenda. Mas sabemos, governador, que parte do problema que o senhor está herdando fomos nós que deixamos. Agora o senhor tente resolver”.

Então, companheiros, estou dizendo isso para mostrar que, com todo o custo e todo o problema, abrimos o diálogo com a educação: apresentamos um programa de recomposição da carreira dos professores, estamos pagando o piso, melhoramos para os diretores, fizemos o plano de transporte escolar, apresentamos e distribuímos, no início deste ano, uma série de veículos, micro-ônibus, para ajudar no transporte escolar, estamos fazendo a recuperação de diversas escolas. Falo da minha região, para a qual são destinados mais de R\$4.000.000,00 de investimentos para fazer a reforma das escolas. O diálogo sempre foi aberto.

No ano passado, quando o sindicato ia à Cidade Administrativa para conversar com o governo, com a secretária de Educação, os primeiros a receber o sindicato eram as forças policiais, e não os gestores. Era assim que o sindicato dos professores era tratado pelos governos que nos antecederam. Essas são as questões sobre as quais queremos conversar. Queremos debater isso com a sociedade.

Estão dizendo que o Ministério Público quer atuar para que o governo garanta os 25% da educação e os 9,5% da saúde. É engraçado que os deputados que me antecederam não disseram nada do não cumprimento do mínimo constitucional. Gastaram 6%, 7%, 5%, e nada aqui foi dito.

Voltando a falar da PEC nº 241, falamos que é a PEC do retrocesso, a PEC maldita. O cidadão tem de entender que o que está acontecendo em nosso país não é uma simples briguinha de políticos lá em Brasília, não é uma simples briguinha da Dilma com o Temer, com o Lula, com não sei quem. Vai além. O que o cidadão, o trabalhador brasileiro precisa entender é que ele já está pagando a conta do golpe. Por que ele está pagando a conta do golpe? Porque em todas as medidas aqui anunciadas eles falam em controle de gastos. É bonito, eles criam uma frase, a imprensa reproduz, e o cidadão diz: “Que bacana, o poder público gasta tanto. Que bacana!”.



Não é nada disso. O que está diminuindo, sendo proposto, é o investimento no cidadão, especialmente no cidadão mais pobre. Quando você fizer a análise *per capita*, do que, hoje, este país investe em cada cidadão brasileiro, daqui a 20 anos, calculando o crescimento demográfico do País e a projeção da inflação, vai perceber que o governo vai gastar muito menos com cada cidadão brasileiro, especialmente com os mais pobres.

A pergunta que faço é a seguinte: para enfrentar a crise financeira que aí está, reequilibrar as contas do governos, quais medidas estão sendo apresentadas para os mais ricos? Nenhuma medida. Para os grandes sonegadores da Fiesp, nenhuma medida. A taxação das grandes fortunas, nem pensar. Aqueles que financiaram o golpe, que são a Avenida Paulista, o Fiesp, alguns setores financeiros do País não admitirão pagar um centavo da conta. Mas você, companheiro e companheira, que está aqui nos observando, vai pagar a conta. Não vai haver faculdade para os seus filhos. Inclusive vimos um ministro ligado ao Michel Temer dizer: “Quem quiser faculdade que pague. Tenho condição de pagar para os meus filhos”. Essa é a proposta deles. Não haverá.

Estou falando aqui do piso dos professores, mas esqueçam os professores, porque não haverá mais reajustes em cima da lei do piso. Esqueçam!

Esqueçam-se dos trabalhadores assalariados que, nos últimos anos do governo Lula, tiveram um ganho real, um aumento real no salário mínimo. Ainda bem que fizemos a lei que prometíamos, porque naquela época dizíamos que o salário mínimo tinha de ser de pelo menos U\$100,00, e ultrapassamos isso em muito.

Agora, a proposta que está sendo feita pelo governo golpista diz o seguinte: se tivesse sido aplicada no início do primeiro mandato do presidente Lula, sabem quanto seria o salário mínimo hoje? Não estaria em torno dos R\$880,00, mas R\$400,00. O aumento do salário mínimo foi uma das importantes políticas para a recomposição, a recuperação da economia. Foi fundamental para a distribuição de renda, para tirar os 30 milhões da pobreza. Agora se essa PEC nº 241 passar, a política de reajuste de salário mínimo que combinava o crescimento do PIB mais a inflação não existirá mais. Estou falando do salário mínimo e da redução do investimento *per capita* com a PEC nº 241.

Pessoal, deixem-me falar uma coisa. Estive hoje numa reunião com o Rogério. Sou presidente da Comissão de Direitos Humanos, e o assunto da Michele está sendo tratado na nossa comissão. Tratamos disso na última reunião, tratamos hoje com o governo e obtivemos um bom avanço nas negociações e no diálogo. Então queria tranquilizá-los e dizer que estamos atentos, buscando com vocês essa solução, mas preciso concluir este raciocínio, porque a PEC nº 241 vai afetar a Michele, vai afetar vocês, vai afetar todos nós. Então é importante concluir meu raciocínio sobre essa questão da PEC. Depois retornamos a essa pauta da Michele, porque ela não para. Na terça-feira que vem haverá uma nova reunião.

Para terminar o raciocínio, eu dizia sobre a PEC nº 241. As maldades não vão ficar só nela. Há também uma proposta da reforma da Previdência que vai prejudicar, acima de tudo, os trabalhadores mais pobres. Os mais pobres começam a trabalhar mais cedo.

Eles terão de trabalhar mais tempo e de contribuir ainda mais. E aqueles que propõem essa PEC, como o próprio Sr. Michel Temer, ou que a apoiam, como o Fernando Henrique Cardoso... E outra coisa: é uma turminha que se aposentou com quarenta e poucos anos, cinquenta e poucos anos. Você vai trabalhar o resto da vida e vai morrer sem ver a aposentadoria.

Então, amigos, esse é o debate que vamos fazer. Por isso, quero dizer que lamento deputado subir nesta tribuna para dizer que este espaço não pode ser usado para debater temas que são de interesse nacional, seja por quem for. Aqueles que forem defensores da PEC nº 241 tragam seus correligionários para cá, ocupem este espaço e façam sua defesa, porque nós faremos com aqueles que são contrários e vamos denunciar, porque são os mais pobres que estão na linha do tiro. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente deputado Hely Tarquínio, deputado Cristiano Silveira, que acabou de falar, deputados e deputadas, companheiros e companheiras da imprensa, populares que nos visitam, especialmente os da colônia de www.almg.gov.br Página 38 de 42



hansenianos de Três Corações, é um prazer tê-los aqui. Já estivemos com vocês hoje mais cedo, e estou esperançoso de que na terça-feira consigamos avançar na pauta sobre a qual conversamos hoje com a secretaria de Governo. Sejam bem-vindos. Tomara que avancemos nessa pauta. É a esperança que temos. Podem contar que vamos estar firmes até o final para resolver essa questão.

É uma injustiça que foi cometida, Sr. Presidente – e é bom que todos saibam –, é uma injustiça retirar uma pessoa de uma casa, uma pessoa que está grávida e que foi retirada de uma casa de hansenianos, ficou sem local de moradia, por problemas que julgaram existir na colônia. Nada disso justifica retirar uma grávida de sua residência. Portanto, queria ser solidário com vocês. Vamos permanecer juntos até que ela volte para a casa de onde foi retirada e, a partir daí, discutamos também a regularização fundiária de todas as colônias hansenianas, o que é um compromisso de luta nosso. Então, sejam bem-vindos e parabéns pela luta.

Presidente, mais uma vez, vim trazer o assunto da PEC nº 241. Queria que todos prestassem atenção nesse assunto, porque é um extremamente grave para o País, para todos e todas.

A nossa pauta específica – é claro – é sempre mais importante que uma pauta geral, mas o problema é que a PEC nº 241 – e me dirijo aqui aos moradores de Três Corações, da colônia hanseniana – faz mal para todo o Brasil – até para vocês –, pois é uma PEC que vai congelar por 20 anos os recursos que o País aplica em educação, saúde, segurança pública e assistência social. Um dos grandes problemas do Brasil hoje com relação à saúde é a falta de recursos. Vocês sabem disso, pois são também da área de saúde, estão perto dos hospitais e sabem que eles precisam de dinheiro, não é? Se cortarem os recursos do hospital ou os congelarem por 20 anos, esse hospital vai fechar, considerando-se que mais pessoas vão precisar dele, ou seja, aumenta-se a população, mas não se aumenta o recurso para que essas pessoas sejam atendidas. Vão se fechar hospitais, centros de saúde, porque, durante 20 anos, com a verba congelada, não é possível sustentar a saúde pública no Brasil. Se o problema das colônias hansenianas hoje é grave, imaginem com os recursos congelados durante 20 anos. Podem saber que o problema será muito maior. Se faltam remédios no centro de saúde, imaginem o que vai acontecer daqui a 20 anos se congelarmos o sistema de saúde público brasileiro.

Portanto, a PEC nº 241 é uma medida que afeta a saúde pública. Como quem precisa da saúde pública são os mais pobres, ela é uma medida contra os setores mais pobres do Brasil. Quem não quer que continuem dando recursos para a saúde pública são os mais ricos, porque pensam que o dinheiro deles do imposto paga os serviços de saúde. Isso é mentira, primeiro, porque rico não paga imposto neste Brasil; quem paga imposto é o pobre ao comprar o alimento. Mas os ricos acham que do dinheiro deles não pode sair um centavo para a saúde pública. Rico é um egoísta em si. Estou falando dos muito ricos, pois existem aqueles que são metidos a ricos, são pobres metidos a ricos. Não estou falando desses, pois eles também vão sentir na hora em que o plano de saúde privado aumentar e eles não tiverem recursos para pagar; vão correr atrás do SUS, e não haverá mais; aí vão ficar desesperados. Esses são os metidos a ricos, é a chamada pequena burguesia metida a rica. Agora, os muito ricos têm plano de saúde privado, não precisam de SUS, nunca precisaram, não estão nem aí para hospital de pobre, têm até raiva de os pobres terem hospital.

Esses muito ricos é que estão ganhando com essa PEC. Com isso, vamos destruir a saúde pública e ter apenas a saúde privada. A saúde pública vai voltar àquele tempo em que havia apenas centros de saúde – vocês se lembram disso? Se íamos ao centro de saúde, havia apenas Cibalena para dor de cabeça. Assim eram os centros de saúde. Por que isso mudou? Por que melhorou? Isso aconteceu devido à obrigação de os recursos do PIB irem para a saúde pública. Assim, todos os anos, o Estado, a União e os municípios são obrigados a destinar o recurso para a saúde, aumentado cada vez mais. Mesmo assim, ainda é pouco. E, agora, vem o PSDB e o DEM, em especial, propor ao Brasil que se congele por 20 anos esse recurso. A intenção é retirar do povo brasileiro o direito à saúde, uma conquista constitucional.

A maioria presente são jovens – pelo menos mais jovens do que eu, que já estou com a cabeça branca –, mas os mais antigos vão se lembrar, e o Dr. Hely Tarquínio se lembra bem disso, de que, para colocar na Constituição a obrigatoriedade de destinação de um percentual mínimo para a saúde pública, fizemos greves e mais greves, nós nos mobilizamos, como vocês estão mobilizados aqui.



Nós fomos a Brasília inúmeras vezes e conseguimos colocar na Constituição o mínimo para a saúde pública. Foi uma vitória estrondosa. Isso ocorreu em 1988. Lutamos pelo menos 15 anos para mudar a Constituição. Houve muita luta, muita garra, muita greve, muita gente foi presa. Junto com os trabalhadores da saúde lutaram os trabalhadores da educação. Eu sou professor. O que fiz de greve para incluir o mínimo percentual da educação, para que o nosso povo pudesse ter acesso à educação pública, não foi fácil. Fizemos muita greve, participamos de muitos movimentos, fomos muito a Brasília. Para vocês terem ideia, repetindo meus cabelos brancos, às vezes a experiência serve para relatar aos mais jovens como as coisas funcionavam. Mas não existia nem ensino fundamental, 6ª, 7ª e 8ª séries; chamava-se ginásio. E não era para todo mundo. Era preciso fazer prova. Quem passasse no exame de admissão faria a 5ª série. Quem não passasse ficava sem estudar ou pagava escola particular, que era muito cara. Sou filho de professora e de comerciante e tive a sorte de passar no Estadual Central, terminar o científico e entrar na universidade. Mas poucos conseguiam, porque não havia vaga para todo mundo. A luta para incluir o mínimo constitucional da educação foi fundamental, pois começou a haver escola para todo mundo. Precisa melhorar a educação? Precisa. Mas hoje há vaga para todo mundo. Depois do Lula e da Dilma, os negros passaram a frequentar escola. Vocês se lembram de que eles não a frequentavam, não passavam nem na porta de universidade. Pobre? Pobre não ia à escola. Para quê? Pobre não andava nem de avião. Hoje, ele anda de avião, e o rico fica com um olhar agourento, achando que o pobre está invadindo o seu terreno. Isso ocorreu há pouco tempo. Mas foi fundamental incluir a verba na Constituição. Não haverá escola para todo mundo quando a PEC for aprovada. Negros e pobres não entrarão mais na faculdade novamente. Hoje nós comemoramos quando o filho de um trabalhador rural lá do interior se forma em medicina. Isso não existia no Brasil. Estão querendo cortar isso. É um absurdo o que estão fazendo com a educação pública.

E estão fazendo isso com a segurança pública também, que não terá reajuste anual. Estamos reclamando que faltam guardas e segurança, mas faltarão muito mais em 20 anos. Terá segurança quem tiver dinheiro para pagar segurança privada, fazer o que quer. Isso é errado. Já pensou? Segurança privada em vez de segurança pública? Se houver segurança apenas para proteger rico, como o pobre ficará, já que é perseguido?

Também não haverá dinheiro para questões sociais vinculadas ao orçamento. Isso significa que o Bolsa-Família, programas sociais importantes de aposentadoria e outros programas para idosos e deficientes serão cortados. Isso que está na Constituição será cortado ou congelado por 20 anos. Pessoal, essa é a PEC dos tucanos, a PEC tucano-neoliberal de Aécio Neves, de Fernando Henrique Cardoso e dos tucanoides que giram em torno deles. Essa é a PEC da maldade, a PEC da morte, a PEC do fim do mundo. Eles têm tanta pressa que aprovaram rapidamente a proposta em 1ª turno na Câmara dos Deputados. A maioria dos deputados votou a favor dessa porcaria e contra os pobres. A imprensa escamoteia, esconde os fatos, principalmente a Rede Globo, que é dos ricos. Aliás, os três donos da Globo são as pessoas mais ricas do Brasil, por isso elas escondem o que está acontecendo com essa emenda à Constituição. Eles a aprovarão agora na segunda-feira. O povo brasileiro ficará 20 anos congelado na miséria, ou melhor, afundado na miséria. À medida que a proposta congela e mais pessoas nascem, mais os pobres têm menos acesso.

Então, vamos fazer o Brasil declinar de novo para a miséria. Se não fizermos nada, o Brasil voltará a ser como na época de Fernando Henrique e dos tucanos, que agora tomaram o poder com um golpe institucional e estão fazendo um saco de maldades. Querem fazer o Brasil voltar a ser o que era, governado para 1/3 do nosso povo, para a parte mais rica. Os 2/3 mais pobres que se danem. Parece aquele personagem político do Chico Anísio, que dizia: “Pobre que se dane!”. Era assim que eles agiam. E agora, na calada da noite, querem fazer a mesma coisa.

Então, está marcada para segunda e terça a votação em 2º turno dessa PEC, a PEC da porcaria, a PEC da maldade, a PEC da morte, a PEC do fim do mundo, a PEC da desigualdade social. Está para ser aprovada na segunda e terça-feira. Depois irá para o Senado.

Fazem isso, mas não dividem renda dos ricos. A bolsa-empresário, que li ontem, é de R\$247.000.000.000,00 no orçamento do ano que vem de subsídio para empresário rico. Esses não terão um centavo de corte, ou seja, a bolsa-empresário pode, já a Bolsa-



Família, para o pobre, eles acham um absurdo, dizem que é para o pobre tomar cachaça. A bolsa-empresário é para quê? É para pobre andar de iate para baixo e para cima para não trabalhar? É para isso a bolsa que eles dão para empresário? Para especular em bolsa financeira, na Bolsa de Valores, para ficarem cada vez mais ricos e explorando o povo pobre e trabalhador? É esse absurdo que estamos vendo no Brasil. Depois não querem que falemos de classes sociais, como se não houvesse diferença entre elas, mas há, sim. Há os muito ricos e os muito pobres. Este governo que está entrando é o governo dos muito ricos e quer prejudicar, jogar a crise nas costas dos muito pobres. Por que não retiram os juros dos banqueiros, que ganham 42% do PIB contra 4% da educação e 3% da saúde? São 7% para os pobres e 42% para os ricos. Por que não cortam deles um pouquinho? Por que essa ganância de ser cada vez mais ricos?

Faço um alerta. Após isso, irão atrás da aposentadoria dos mais pobres, que ganham um salário mínimo. Estarão atrás exatamente desse salário mínimo, dizendo que a aposentadoria está quebrando o Brasil. Já estão dizendo. Querem propor que a pessoa só se aposente aos 65 ou 70 anos de idade, quando estiver à beira da morte. O rico tem a aposentadoria privada, mas o pobre precisa da aposentadoria de um salário mínimo. Por que é ele que tem de perder? Que injustiça social estão cometendo no Brasil! Irão cortar a Previdência dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Já estão falando, presidente – já concluindo –, em mexer nas leis trabalhistas também. Estarão em risco o décimo terceiro dos mais pobres, as férias, 1/3 de férias. Estará em risco a CLT, consagrada por Getúlio Vargas há anos e anos, décadas e décadas, que os ricos nunca engoliram no Brasil. Portanto estamos diante de um golpe dos ricos contra os pobres. É isso o que está acontecendo no Brasil. Falo claro e na lata. Se quisessem resolver de outra forma, resolveriam. O presidente Lula não arrouchou salário, pelo contrário, fez crescer o salário mínimo, fez o Bolsa-Família, o Minha Casa, Minha Vida, dividiu renda, colocou pobre na universidade. Por que agora deram esse golpe e estão tirando tudo dos pobres na calada da noite por meio de um golpe? Não ganharam as eleições. O pior de todos esses, lembrem-se deste nome, é o senador Aécio Neves. Esse é o pior elemento que existe, aquele que tudo cortou em Minas, dos servidores de Minas. Estou vendo a Marina do Ipsemg, e ela sabe disso. Cortou tudo dos servidores e agora ameaça, em nível nacional, cortar tudo dos trabalhadores. Falo isso com o coração doendo, porque segunda-feira, infelizmente, estaremos diante de um desastre. A maioria desses deputados e deputadas, financiados por grandes empreiteiras, quer agora, neste momento, terminar com esses avanços sociais que nós, com muito custo e muita luta, conquistamos. Parabéns a vocês que estão lutando. Vocês vão conquistar, e eu estarei com vocês. Um grande abraço, muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/10/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Cristiane Di Mingo Barbieri, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Efrain Lemos de Abreu, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Deiró Marra;

nomeando Bruna Kelli Oliveira Salles, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 87/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 203/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em serviços de coleta, transporte e entrega de documentos e pequenas cargas, a sessão pública virtual está suspensa.

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 73/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Toyota do Brasil Ltda. Objeto: aquisição de 3 veículos Corolla XEI A/T *sedan* novos, 0km, cor prata, ano de fabricação mínimo 2016. Vigência: 5 meses a partir da assinatura, sem prejuízo da garantia. Licitação: Pregão Eletrônico nº 60/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 68/2016

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Adélio P. Macedo. Objeto: prestação de serviços odontológicos aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e aos respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATA

TERMO DE ADITAMENTO Nº 99/2016

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/10/2016, na pág. 17.